



**CAB Águas do Agreste S.A.**

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2012**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
14º Andar – Sala 1403 - Jardim América  
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil  
Caixa Postal 457  
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Telefone: 55 (16) 3323-6650  
Fax: 55 (16) 3323-6651  
Internet: www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
CAB Águas do Agreste S.A.  
Arapiraca – Alagoas

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB Águas do Agreste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de 9 meses e 18 dias findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

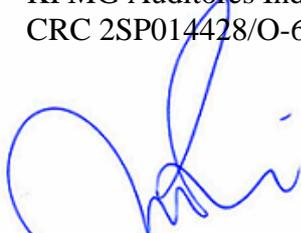
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB Águas do Agreste S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 9 meses e 18 dias findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia possui incerteza significativa de realização da receita originada com seu único cliente dos serviços de concessão administrativa prestados sob a Parceria Público Privada – PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL. A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 14.952 mil durante o período de 9 meses e 18 dias findo de 31 de dezembro de 2012 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 10.743 mil e apresentou passivo a descoberto em R\$ 10.952 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade.

Ribeirão Preto, 8 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Roberto Bassi  
Contador CRC 1SP217348/O-5

## CAB Águas do Agreste S.A.

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012		Nota	2012
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	26	Fornecedores e outras contas a pagar	9	753
Outros investimentos	6	20.323	Empréstimos	10	34.744
Contas a receber e outros recebíveis	7	22	Provisões e encargos trabalhistas		164
Impostos e contribuições a recuperar		482	Obrigações fiscais	11	903
Estoque		166			
Pagamentos antecipados		270	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>36.564</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>21.289</u>	<b>Não circulante</b>		
<b>Não circulante</b>			Passivos fiscais diferidos	12	209
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>209</u>
Contas a receber e outros recebíveis	7	3.891	<b>Passivo a descoberto</b>	15	
Impostos e contribuições a recuperar		302	Capital social		4.000
<b>Imobilizado</b>	8	329	Prejuízos acumulados		(14.952)
<b>Intangível</b>		<u>10</u>	<b>Total do passivo a descoberto</b>		<u>(10.952)</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>4.532</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>36.773</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>25.821</u>	<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>		<u>25.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **CAB Águas do Agreste S.A.**

### **Demonstração de resultados**

**Período de 9 meses e 18 dias findo em 31 de dezembro de 2012**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>
Custo dos serviços prestados	16	<u>(11.649)</u>
<b>Prejuízo bruto</b>		<u>(11.649)</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Comerciais		(58)
Administrativas e gerais	16	<u>(2.827)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>(14.534)</u>
Receitas financeiras		787
Despesas financeiras		<u>(996)</u>
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>	17	<u>(209)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		(14.743)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	<u>(209)</u>
<b>Resultado do período</b>		<u><u>(14.952)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **CAB Águas do Agreste S.A.**

## **Demonstração de resultados abrangentes**

**Período de 9 meses e 18 dias findo em 31 de dezembro de 2012**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2012</b>
<b>Resultado do período</b>	<u>(14.952)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>(14.952)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **CAB Águas do Agreste S.A.**

### **Demonstração das mutações do passivo a descoberto**

**Período de 9 meses e 18 dias findo em 31 de dezembro de 2012**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital			Prejuízos acumulados	Total do passivo a descoberto
		subscrito	a integralizar	subscrito e integralizado		
<b>Constituição em 13 de março de 2012</b>	15	40.000	(36.000)	-	-	-
Integralização de capital em 13 de março de 2012		-	-	4.000	-	4.000
Resultado do período		-	-	-	(14.952)	(14.952)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	15	<u>40.000</u>	<u>(36.000)</u>	<u>4.000</u>	<u>(14.952)</u>	<u>(10.952)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CAB Águas do Agreste S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 9 meses e 18 dias findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	<b>2012</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
Resultado do período	(14.952)
Ajustes para:	
Depreciação e amortização	14
Juros provisionados de empréstimos	844
Juros sobre partes relacionadas	(206)
Impostos diferidos IR/ CSLL	209
Juros sobre atualização de outros investimentos	(506)
(Aumento) em contas a receber e outros recebíveis	(107)
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(784)
(Aumento) em estoques	(166)
(Aumento) em pagamentos antecipados	(270)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	753
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	164
Aumento em obrigações fiscais	903
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<u>(14.104)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>	
Aquisições de ativo imobilizado	(343)
Aquisições de ativos intangível	(10)
Outros investimentos	<u>(19.817)</u>
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento</b>	<u>(20.170)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>	
Empréstimos tomados	33.900
Integralizações de capital	4.000
Partes relacionadas - Concessão de empréstimos	<u>(3.600)</u>
<b>Caixa proveniente de atividades de financiamento</b>	<u>34.300</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>26</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 13 de março de 2012	<u>-</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<u>26</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A CAB Águas do Agreste S.A. “A Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca, Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274, e foi constituída em 13 de março de 2012 com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL por meio de Concessão Administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do Novo Sistema Adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o Sistema Coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da Área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, observando o limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

A Companhia possui direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (CASAL) pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestada que será recebido mediante cessão de recebíveis de acordo com o mecanismo de conta vinculada. Em referida conta vinculada ocorrerão recebimentos mensais dos valores pagos pelos usuários dos serviços de saneamento básico à CASAL, sendo que a parcela de caixa incondicional devido à Companhia e cedida em contrato PPP será repassada a ela por agente fiduciário. Entretanto, o funcionamento dessa conta vinculada ainda está sendo regularizado e a Companhia não vem recebendo as parcelas mensais a que tem direito contratualmente. A Companhia está pleiteando junto ao poder concedente as ações necessárias para regularização deste assunto, que são de responsabilidade da CASAL, sendo as principais:

- ativação de sistema para impressão de faturas com novos códigos de barras para recebimentos na conta vinculada;
- pleito de recebimento por meio de depósito em conta vinculada a ser feito pela CASAL de parcela vencida.

A partir do momento que houver a regularização dos assuntos acima que causam incerteza sobre recebimento do direito contratual incondicional de recebimento de caixa, a Companhia passará a reconhecer a receita decorrente do contrato de PPP e equilibrará o resultado, que apresentou prejuízo no período findo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 14.357.

Adicionalmente, a Companhia apresentou saldo de passivo circulante superior ao saldo do ativo circulante em R\$ 15.275 em função de possuir um empréstimo ponte no valor total de R\$ 34.744, cuja liquidação depende de aprovação e liberação de recursos de longo prazo por agente financiador. A administração da Companhia já conseguiu o enquadramento do referido projeto financeiro na política de crédito do agente financiador.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 8 de abril de 2013.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3(h): Reconhecimento de receita: A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.
- Nota 12 – Utilização de prejuízos fiscais

### **e. Demonstração resultados abrangentes**

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nestas demonstrações financeiras.

#### a. Instrumentos financeiros

##### i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece o contas a receber de cliente e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados pela prestação de serviços. Todos outros ativos financeiros incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação são ativamente gerenciados para atender às necessidades de liquidez da Companhia.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem cotas de fundo de investimento de renda fixa registrados em outros investimentos.

##### *Contas a receber e outros recebíveis*

Contas a receber e outros recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O valor presente de recebíveis de contratos de concessão de serviços é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa interna de retorno apurada no contrato de concessão na data de apresentação.

As contas a receber e outros recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa, clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de serviços de saneamento básico.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### *Concessão*

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

#### **ii. *Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

#### **iii. *Capital social***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e na lei 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide nota explicativa 15d.

## **b. Imobilizado**

### **i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### **ii. Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

### **iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente são as seguintes:

- Máquinas, aparelhos e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Computadores e periféricos 5 anos
- Benfeitorias 2 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**c. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

**i. Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**ii. Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

**e. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre as condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

*Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2012.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o estoque e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2012.

**f. Benefícios a empregados**

**i. Plano de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. Contribuições pagas

antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. As obrigações de pagamento para planos de contribuição definida são reconhecidas como uma despesa no resultado à medida que são incorridas. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

**ii. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**h. Receita Operacional de contratos de concessão de serviços e construção com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL**

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. A Companhia possui um único contrato de concessão junto a CASAL, o qual de acordo com ICPC01 (R1) – Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, visto que o risco da demanda dessa obra é da CASAL, e receberá até o final da concessão em 2042.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão, e os juros efetivos foram determinados pela Companhia também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final do contrato de concessão de 30 anos, as taxas utilizadas estão descritas abaixo:

**2012**

Margem bruta sobre contrato de construção	16,02%
Juros efetivos do contrato de concessão	15,87%

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não reconheceu a receita decorrente desta Parceria Público Privada em função de possuir incerteza significativa de realização da receita, conforme descritos na nota explicativa 1. A partir do momento que os eventos que causam tal dúvida deixarem de existir, a receita passará a ser reconhecida no resultado.

**i. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas corrente e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

**k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Diversas normas, emendas a normas e interpretações emitidas pelo CPC ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

**i. CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto e CPC 45 – Divulgação de participações em outras sociedades**

O CPC 36 (R3) introduziu novo conceito de controle para determinar qual investida deve ser consolidada.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Pelo CPC 19 (R2), a estrutura de negócios em conjunto, embora ainda seja uma importante consideração, não é o principal fator na determinação do tipo de negócio em conjunto e da subsequente contabilização:

- Operação em conjunto (*joint operation*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio, é contabilizada de acordo com os interesses das partes nos ativos, passivos, receitas e despesas.
- Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido eliminada a consolidação proporcional de empreendimento controlado em conjunto.

O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para o reporte financeiro por entidades que tenham interesses em negócios controlados em conjunto (*negócios em conjunto*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

O CPC 45 consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

**iii. CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto**

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 18 (R2) se refere à contabilização dos resultados e transações ascendentes (upstream) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico que devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da vendedora, mas não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço da adquirente pertencente ao grupo econômico.

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

**iv. CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados**

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 33 (R1) se refere à contabilização de planos de benefícios definidos. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

**v. CPC 46 – Mensuração do valor justo**

O CPC 46 define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Os novos pronunciamentos ou as alterações de pronunciamentos conforme indicados acima não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. Esses novos normativos são efetivos para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

#### **4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações financeiras da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**i. Contas a receber de cliente e outros créditos**

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, mas incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de 15,87% a.a. proveniente da taxa interna de retorno da Companhia apurado no contrato de concessão na data de apresentação, que se equipara ao valor contábil.

**ii. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2012</b>
Caixa	5
Saldo bancário	<u>21</u>
	<u>26</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

## 6 Outros investimentos

	<b>2012</b>
Aplicações financeiras	<u>20.323</u>
	<u>20.323</u>

As cotas de fundo de investimento são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, sendo que no ano de 2012 a rentabilidade média foi de 119,10% do CDI. Possuem vencimento entre 1 e 8 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

Esses recursos serão utilizados em investimentos em ativos necessários para o cumprimento do objeto do contrato de concessão (redes de água e esgoto dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de concessão).

A exposição do Grupo a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 13.

## 7 Contas a receber e outros recebíveis

	<b>2012</b>
Partes relacionadas (vide nota 14)	3.806
Outros	<u>107</u>
Total	<u>3.913</u>
Não circulante	(3.891)
Circulante	22

## 8 Imobilizado

Custo	Máquinas, aparelhos Equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Total
Adições	163	40	98	42	343
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>163</b>	<b>40</b>	<b>98</b>	<b>42</b>	<b>343</b>
<b>Depreciação</b>					
Depreciação	(2)	(1)	(6)	(5)	(14)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(6)</b>	<b>(5)</b>	<b>(14)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2012	161	39	92	37	329

### Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, ao final do exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2012.

## 9 Fornecedores e outras contas a pagar

	2012
Fornecedores	574
Partes relacionadas (vide nota 14)	73
Outras contas a pagar	106
	<u>753</u>

## 10 Empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do empréstimo com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa 13.

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Moeda</u>	<u>Juros (a.a)</u>	<u>Vencido</u>	<u>2012</u>
Debêntures	R\$	127% CDI	2013	<u>34.744</u>

As debêntures assumidas pela Companhia são garantidas por meio de fiança prestada pela Controladora Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental.

As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações e de espécie quirográfaria.

## 11 Obrigações fiscais

	<b>2012</b>
ISS, PIS, COFINS e CSL Retidos	492
INSS a Recolher	375
IRRF s/ salários	33
IRRF Terceiros	3
	903

## 12 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	<b>Ativo/(Passivo)</b>	<b>Resultado</b>
	<b>2012</b>	<b>2012</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Contas a receber – diferimento de venda para órgão público	(220)	(220)
Outras diferenças temporárias	11	11
<b>Total de IR e CS diferidos</b>	<b>(209)</b>	<b>(209)</b>

A Companhia não reconheceu o ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias e prejuízos acumulados, considerando a existência de incerteza significativa quanto ao reconhecimento da receita, conforme apresentado na nota explicativa 1.

Conciliação de IR/CS sobre o lucro:

<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>	<b>2012</b>
Resultado do exercício antes dos impostos	(14.743)
Alíquota Nominal	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	5.013
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>	
Despesas não dedutíveis	(9)
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(5.213)
Imposto diferido	(209)
Alíquota efetiva	(1)%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 13 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento dos riscos financeiros

#### *Visão geral*

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perda decorrente de um cliente (CASAL) da falha destes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber do cliente CASAL e dos instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não reconheceu os recebíveis da CASAL em função de possuir incerteza significativa de realização da receita, conforme descritos na nota explicativa 1. A partir do momento que os eventos que causam tal dúvida deixarem de existir, a receita passará a ser reconhecida no resultado.

A administração do grupo, por meio da controladora Galvão Participações S.A., definiu como prática de gestão de caixa a aplicação em fundo de investimento, restrito a controladas da Galvão Participações S.A., do excedente de caixa dessas controladoras até da necessidade prevista para os próximos meses, identificado a cada fechamento mensal. Essa gestão de caixa objetiva preservação de capital até o período em que os fluxos de caixa serão utilizados. A gestão de carteira desse fundo de investimento é de competência da controlada da Galvão Participações S.A., Galvão Administradora de Recursos Ltda.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	26
Outros investimentos	20.323
Contas a receber e outros recebíveis	<u>3.913</u>
	<u>24.262</u>
Circulante	(20.371)
Não circulante	<u>3.891</u>

Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2012, em que foram registrados contabilmente.

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>2012</u>
Empréstimos	34.744
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>753</u>
	<u>35.497</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou saldo de passivo circulante superior ao saldo do ativo circulante.

O principal passivo é um empréstimo ponte no valor total de R\$ 34.744 que está condicionado à aprovação e liberação de recurso de longo prazo, cujo projeto financeiro já foi enquadrado na política de crédito pelo agente financiador.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2012	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	753	753	753
Empréstimos	34.744	37.435	37.435

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TR. Em 31 de dezembro de 2012 não havia exposição relevante da taxa de juros indexadas ao TR.

### Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>2012</u>
<b>Ativos financeiros</b>	
Outros investimentos	20.323
<b>Passivos financeiros</b>	
Empréstimos	34.744

### *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

*Apreciação das taxas*

2012

Instrumentos	Exposição 2012	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>						25%		50%	
Aplicações financeiras	20.323	CDI	8,37	8,47	20	10,46	425	12,56	851
<b>Passivos financeiros</b>									
Debêntures	(34.744)	CDI	8,37	8,47	(35)	10,46	(727)	12,56	(1.454)
<b>Total</b>					<u>(15)</u>		<u>(302)</u>		<u>(604)</u>

*Depreciação das taxas*

2012

Instrumentos	Exposição 2012	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>						-25%		-50%	
Aplicações financeiras	20.323	CDI	8,37	8,47	20	6,28	(425)	4,19	(851)
<b>Passivos financeiros</b>									
Debêntures	(34.744)	CDI	8,37	8,47	(35)	6,28	727	4,19	1.454
<b>Total</b>					<u>(15)</u>		<u>302</u>		<u>604</u>

***Gerenciamento do capital***

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A Companhia deve manter capital subscrito e integralizado de R\$ 40.000 até o final do prazo da concessão.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u><b>2012</b></u>
Total do passivo	36.773
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(26)</u>
(=) Passivo líquido (A)	36.747
Total do patrimônio líquido (B)	(10.357)
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	(3,55)

***Valor justo versus valor contábil***

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	<u><b>2012</b></u>	
	<u><b>Valor contábil</b></u>	<u><b>Valor justo</b></u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	26	26
Outros investimentos	20.323	20.323
Contas a receber e outros recebíveis	<u>3.913</u>	<u>3.913</u>
Total	<u><u>24.262</u></u>	<u><u>24.262</u></u>
Passivos financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	(753)	(753)
Empréstimos e financiamentos	<u>(34.744)</u>	<u>(34.744)</u>
	<u><u>(35.497)</u></u>	<u><u>(35.497)</u></u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um

mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

	<b>2012</b>		
	<b>Valor justo por meio de resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Custo amortizado</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	-	26	-
Outros investimentos	20.323	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	3.913	-
<b>Total</b>	<b>20.322</b>	<b>3.939</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	753
Empréstimos	-	-	34.744
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.497</b>

### ***Hierarquia do valor justo***

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: premissas, para o ativo ou o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	<b>31 de dezembro de 2012</b>		
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
Ativos circulantes			
Outros investimentos	-	20.323	-

## 14 Partes relacionadas

### Controladora e parte controladora final

A parte controladora final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

### Operações com o pessoal-chave da administração

#### Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção da Administração totalizou R\$ 654.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

#### Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Bradesco Previdência Privada, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, e o fornecimento de vale refeições e transporte.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados abaixo:

	<u>2012</u>
Auxílio Mobilidade	43
Vale Refeição	41
Previdência Privada	36
Convênio Médico	34
Outros	4
	<u>158</u>

#### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhia ligada do mesmo grupo econômico.

	<u>Ativo</u>	<u>Resultado</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Circulante</b>		
Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental		
Empréstimo concedido	(a) 3.806	(206)
Total	<u>3.806</u>	<u>(206)</u>

		<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
<b>Circulante - Fornecedor</b>		<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2012</b>
		<b>(nota 9)</b>	
Galvão Engenharia S.A.			
- Repasse de Recursos compartilhados	(b)	(70)	(101)
- Contrato particular de engenharia	(c)	-	(9.688)
 Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental			
- Repasse de Recursos compartilhados	(b)	(3)	(38)
 CAB Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda.			
- Repasse de Recursos compartilhados	(b)	-	(222)
- Contrato de assistência técnica	(d)		(600)
 CAB Águas de Paranaguá S.A			
- Repasse de Recursos compartilhados	(b)	-	(17)
 CAB Guaratinguetá			
- Repasse de Recursos compartilhados	(b)	-	(2)
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
		(73)	(10.668)

- (a) A partir de abril de 2012 foi assinado contrato global de mútuo com a Controladora no limite global de R\$ 20.000, com atualização de 100% da variação da taxa CDI mai 4,25% ao ano, com vencimento podendo ocorrer até abril de 2015, dependendo da necessidade de caixa das partes.
- (b) Repasses com gastos de pessoal alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos e operacionais, cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (c) Refere-se a contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Galvão Engenharia S.A e a Companhia. O valor global do contrato é R\$ 161.461. Até 31 de dezembro de 2012 o montante acumulado contabilizado desse contrato por meio de medição do contrato físico e financeiro é de R\$ 9.688, registrado como custo dos contratos de construção.
- (d) Refere-se assistência técnica e desenvolvimento de projeto para realização dos investimentos previstos no contrato de concessão, no valor de R\$ 600, cuja parcela remanescente será paga mediante disponibilidade de caixa da Companhia.

## 15 Passivo a descoberto

### a. Capital social

O capital social subscrito está representado por 40.000 ações ordinárias sem valor nominal e o capital subscrito e integralizado é de 4.000 ações pertencendo ao seguinte acionista:

	<b>Em quantidade de ações</b>	<b>% Participação</b>
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	4.000	100%

### b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (d).

### c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### d. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

## 16 Custos e despesas por natureza

**2012**

### Custos

Contrato de construção	(11.216)
Custos de concessão	(378)
Custos com pessoal	(427)
Crédito Pis/ Cofins	372

### Total custos dos serviços prestados

(11.649)

**2012**

### Despesas

Despesas com pessoal	(1.340)
Serviços contratados	(785)
Depreciação e amortização	(14)
Outras despesas	(688)
<b>Total despesas administrativas</b>	<b>(2.827)</b>

## 17 Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado

	2012
<b>Receitas financeiras</b>	
Juros de aplicações financeiras	506
Juros sobre mútuos	206
Outras receitas financeiras	75
	<u>787</u>
<b>Despesas financeiras</b>	
Juros sobre empréstimos	(844)
Outras despesas financeiras	(152)
	<u>(996)</u>
	<u>(209)</u>

## 18 Acordos de concessão de serviços

Em 1º de junho de 2012 a Companhia celebrou um contrato exclusivo de Parceria Público-Privada com a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL. O valor do contrato é de R\$ 1.066.139, na data base de 30 de maio de 2012, calculado com base no valor estimado das obras de construção do Novo Sistema Adutor do Agreste, planejado para iniciar em Traipu e terminar em Arapiraca, recuperação do Sistema Adutor existente, bem como na totalidade das contraprestações devidas no prazo do contrato, as quais deverão considerar o valor do investimento para fins de cálculo.

Nos três primeiros meses de operação compartilhada, do sistema atual o Poder Concedente não pagará Contraprestação pecuniária à Concessionária.

Do quarto ao décimo segundo mês do contrato o Poder Concedente pagará à Companhia contraprestação pecuniária mensal relativa a 22% da Contraprestação plena, o que corresponde a R\$ 678.

Do décimo terceiro mês ao vigésimo quarto mês do Contrato o Poder Concedente pagará à Companhia contraprestação mensal pecuniária mensal relativa a 65% do valor da contraprestação plena, o que corresponde a R\$ 2.004.

A partir do vigésimo quinto mês do Contrato, com o sistema atual recuperado e o novo em funcionamento, o Poder Concedente pagará a Companhia contraprestação pecuniária mensal plena, que corresponde a R\$ 3.083.

A partir do segundo mês após a data de eficácia do contrato, o recebimento da Contraprestação pecuniária pela Companhia fica condicionado à apresentação dos comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias (FGTS, INSS e PIS), do mês anterior, referentes à concessão e aos seus respectivos empregados.

**a. Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa**

A Companhia deve efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP, que até 31 de dezembro de 2012, estavam em andamento, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

**b. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, que, em 12 de abril de 2012, a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da CASAL transferiu os bens do poder concedente para a Companhia.

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos custo, depreciação e amortização acumulada.

## 19 Riscos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

## 20 Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL. Os compromissos em 31 de dezembro de 2012 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

31 de dezembro de 2012	Compromissos futuros	12 Meses	1-2 anos
<b>Prestadores de serviços (fornecedores)</b>			
Compromissos com contratos	155.329	105.270	50.059

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime de competência contábil, quando os serviços forem prestados, e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

## 21 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia adota como prática fazer análise de risco individual para cada operação. As coberturas de seguros são compostas por:

	<b>2012</b>
Risco de engenharia	96.000
Seguro empresarial	5.235
Responsabilidade civil	5.000
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	<u>525</u>
Total	<u><u>106.760</u></u>

\* \* \*

## **Composição da Diretoria**

### **Diretoria:**

Cláudio Glock de Souza  
Lauro de Menezes Neto

### **Contador**

Emidio Márcio Macedo da Rocha  
CRC/SP nº 1 SP157889